

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE PORTALEGRE

Margarida Elias

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa



INTRODUÇÃO

O Convento de São Francisco de Portalegre é um dos edifícios mais antigos e emblemáticos desta cidade alentejana. A sua fundação pertence ao séc. XIII, mas dessa época subsiste apenas parte da cabeceira da Igreja. Desde então foi objecto de obras que o alteraram e mesmo descaracterizaram, nomeadamente efectuadas no início do século XVIII, que lhe conferiram uma fisionomia barroca; mas sobretudo posteriores ao século XIX, com adaptação do edifício para Quartel e Fábrica de Cortiça.

HISTÓRIA

O Convento de São Francisco foi fundado no séc. XIII, mas existem dúvidas acerca da data exacta da fundação. A Ordem franciscana foi criada em 1209, ainda durante a vida de S. Francisco de Assis (c.1182-1226), canonizado em 1228 (Belo, 2011, 48). A chegada dos franciscanos a Portugal data de 1217, sendo os primeiros eremitérios estabelecidos em Guimarães, Alenquer e Lisboa (Andrade, 2011, 63-64).

O Convento de Portalegre terá sido fundado no tempo de D. Afonso III (1210-1279), que outorgou o primeiro foral a Portalegre, em 1249. Dois documentos indicam que a

sua fundação é anterior a 1266. Um deles é a doação ao Convento, feita pelo Padre João Lourenço, da água de uma fonte da Serra de São Mamede, que data de Abril de 1266. Nela se faz referência aos Frades Menores que «moravam junto á porta de Alegrete» (Belém, 1750, 143-144). Por outro lado, existiam na fachada da Igreja umas insígnias Reais «sem a Orla dos Castellos», correspondentes às usadas por D. Afonso III antes de 1267 (Esperança, 1656, 606). Note-se que este mesmo monarca, em 1271, deixou em testamento aos Frades Menores cinquenta libras, o que só teve efeito após a sua morte, em 1279 (Esperança, 1656, 607).

O edifício já estava em construção quando em 1272, o Bispo de Cória concedeu «quarenta dias de indulgencia a quantos com seu favor, ou esmolas ajudassẽ a obra desta igreja» (Esperança, 1656, 607; cf. também Alberto, 2009, 11). Existe ainda uma inscrição sobre pedra com letra gótica, que se encontrava no adro da Igreja, e que se referia a um hospital que devia funcionar naquele convento, instituído por Pedro João Domingos da Porta e sua mulher, Maria Domingues (Alberto, 2009, 11). Essa inscrição data de 15 de Agosto de 1274 (Transmontano, 1997, 73) e «prova claramente que já neste anno estava fundada aquella casa, pois tinha Prelado, e subditos» (Belém, 1750, 143).

A construção terá sido concluída no reinado de D. Dinis (1261-1325), iniciado em 1279, pois o seu nome ficou registado num letreiro¹ que existia na fachada da Igreja, sob o escudo de D. Afonso III, e que dizia: *Dominus Dionysius Portugalie Rex aedificavit hoc Monasterium* - Senhor Dinis Rei de Portugal edificou este mosteiro. Como concluiu Frei Jerónimo de Belém: «O que mais concorreo com Regia liberalidade para as obras do Convento, foy ElRey D. Diniz, pois em seu tempo se melhoráraõ os efficios delle, e muita parte da Igreja, por cuja causa, e em obsequio de sua Real grandeza se lhe deo o titulo de *Edificador*» (Belém, 1750, 144).

Com protecção régia, o Convento de São Francisco foi a primeira residência religiosa colectiva a instalar-se em Portalegre, sendo uma das poucas construções exteriores à cerca muralhada, nos finais do século XIII e princípio do século XIV – muito embora se tivesse estabelecido junto à Porta de Alegrete, que era uma das principais entradas para a vila (Alberto, 2009, 7-8).

¹ Esse letreiro foi mudado de lugar, em 1721, sendo então colocado «sobre a portaria do Convento» (Belém, 1750, 142).

O Convento de Portalegre pertenceu inicialmente à Província Claustral, mais tolerante, que se opunha à Ordem da *Estreita Observância*, mais rigorosa. Esta última chegou a Portugal em 1392 e no século seguinte ganhou grande importância. D. João III (1521-1557) tornou-se partidário da *Observância*, cuja Província de Portugal foi criada em 1517. Os Claustrais foram extintos, oficialmente em 1567, mas já em 1542, o convento portalegrense passou para os Observantes. Como estes não podiam possuir bens, os bens do Convento de São Francisco passaram para o Mosteiro de Santa Clara (Belém, 1750, 147; cf. também Alberto, 2009, 14-16).

Nesta altura, houve algumas alterações no Convento, que incidiram sobretudo na Igreja. Em 1542, realizaram-se modificações no cruzeiro, «que foi munido de uma abóbada polinervada» (Figueiredo, 2008, 102). Assim como notou Nuno Senos, a abóbada é semelhante às da Catedral de Portalegre, sendo de presumir que a abóbada de São Francisco deverá ter sido concluída entre 1566 e 1568 (Senos, 2009, 47). Do séc. XVI, são ainda de nomear as obras patrocinadas por Gaspar Fragoso, cavaleiro da casa do rei D. Sebastião que, para além da reparação da capela-mor, mandou construir o retábulo em estilo maneirista que se encontra na capela colateral do lado da Epístola (1568-1570), ao lado do seu túmulo, sendo este datado de 1571-1572 (Rodrigues, Pereira, 1988, 20; Figueiredo, 2008, 102; Alberto, 2009, 16; Senos, 2009, 48-49).

No século XVII, continuaram as «reformas no edifício, possivelmente em consequência aumento do número de frades, pelas necessidades da casa e fruto do espírito profundamente religioso dos monarcas» (Alberto, 2009, 17). As obras terão incidido no Refeitório e no Coro. O rei D. Filipe II (1598-1621), em 10 de Agosto de 1602, mandou que os oficiais da Câmara dessem 40 mil reis ao convento acrescidos de outros 150 mil, «para reparo do Refeitório, que estava cahindo» (Belém, 1750, 146). Como este Alvará não foi cumprido, o Guardião do convento pediu ao rei que o voltasse a mandar executar, o que se verificou através de uma carta de 26 de Junho de 1613. Em 12 de Novembro de 1611, ainda o mesmo Rei ordenou que se dessem, ao Convento de São Francisco, «duzentos cruzados, (...) para reparo d'elle, particularmente do Côro, que se achava, por antigo, muito arruinado» (Belém, 1750, 146; cf. também Alberto, 2009, 17).

As obras que trouxeram maior alteração na configuração do Convento, realizaram-se no início do Século XVIII. Segundo Raul Proença, a igreja foi restaurada em 1711, «destruindo-se nessa época o seu primitivo aspecto» (Proença, 1927, 425). Em 1711 ou

1719, fizeram-se obras que «incidiram sobre a quase totalidade do conjunto, desde o portal principal à capela-mor, onde o novo retábulo, revela a influência do panteão da família dos Bragança em Vila Viçosa, e passando pelo claustro» (Leite, 2011; cf. também Figueiredo, 2008, 102). Em 1720, quando era Provincial da Ordem o Padre Frei Francisco do Rosário, começou a ser refeito o Dormitório, «que, por muito antigo, se achava arruinado, e se acabou em tempo do nosso Padre Fr. Antonio de Santo Thomaz» (Belém, 1750, 146).

Pelo decreto de 30 de Maio de 1834, determinou-se a extinção das Ordens Religiosas, sendo nacionalizados todos os bens. Nesse contexto, foi elaborado um inventário dos bens do convento, o que nos permite hoje saber que nele existiam além da Igreja, com suas capelas e dependências, um Dormitório, vinte e três celas, Cozinha e Refeitório, espaço para a Procuração, uma Livraria, um Cárcere, uma Adega e um Celeiro (Alberto, 2009, 18-20; Carvalho, 2016, 133). Nessa altura residiam no Convento apenas dezanove frades, que o tiveram de abandonar (Alberto, 2009, 18-20).

Parte do edifício passou a albergar um Quartel e, em 1837, uma das alas foi ocupada por uma fábrica de cortiça fundada por Thomas Reynolds (f. 1847), sendo esta utilização industrial que mais iria marcar a história recente do Convento. Entre 1847 e 1848, George Robinson (1813-1895), que já era detentor de fábricas de transformação de cortiça em Inglaterra, arrendou e comprou a fábrica de Reynolds, transformando-a em Fábrica Robinson. Inicialmente as instalações ocuparam a «antiga livraria conventual e refeitório, sobre as quais fez construir dois edifícios fabris assentes em colunas férreas, com o interior traçado pelo arquitecto Joseph F. Walsh, a que foi acrescentado o edifício destinado ao fabrico de rolhas, sendo a adega utilizada para armazém de rolha (Figueiredo, 2008, 102; Carvalho, 2016, 133). Em 1868, Robinson adquiriu definitivamente, em hasta pública à Fazenda Nacional, seis casas e quintal, o antigo Refeitório e parte do Dormitório da direita, e a Cerca (Alberto, 2009, 20; cf. também Carvalho, 2016, 133). George Robinson faleceu em 30 de Abril de 1895, sendo sucedido pelo seu filho George Wheelhouse Robinson (1857-1932) (Ventura, 2007, 17).

Com a Implantação da República, em 1910, a Igreja deixou de estar aberta ao culto, sendo entregue ao Quartel. A Fábrica de Cortiça foi ampliada para o espaço que se supõe ter sido o logradouro do Convento e foi acrescentado um corpo perpendicular à fachada (cf. Carvalho, 2016).

No dia 24 de Março de 1931, foi constituída a Sociedade Robinson Bros., Lda., adquirida por accionistas portugueses em 12 de Fevereiro de 1941 (Ventura, 2007, 21). O edifício não estava nas melhores condições e em 1943, no *Inventário Artístico de Portugal*, Luís Keil (1881-1947) dizia que a Igreja «Sofreu muitas danificações e está em completa ruína, servindo de arrecadação» e o Convento também estava em «muito mau» estado de conservação (Keil, 1943, 130-131).

No que respeita à Fábrica, foi construída uma chaminé, que deu ao Convento um aspecto industrializado, o que foi acentuado em 1947, data em que essa chaminé passou a ter 38 m de altura e foi construída uma nova chaminé com cerca de 45 m (Ventura, 2007, 22). Em 1966, a velha chaminé voltou a ser elevada até aos 50 m (Ventura, 2007, 23). Joana Carvalho diz, nesse sentido: «As sucessivas transformações executadas neste edifício (...) realizam um novo edifício onde dificilmente se percebem os vestígios do passado conventual» (Carvalho, 2016, 158-159).

A 24 de Janeiro de 1967, a Igreja foi classificada como imóvel de interesse público, pelo Decreto n.º 47508 (*Diário do Governo*, I Série, n.º 20). Em 1973, começaram os trabalhos de intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nomeadamente na Igreja, que se prolongaram até 1986.

Entretanto, o edifício, além de Quartel e de Fábrica de Cortiça, albergou ainda um anexo do Liceu Nacional de Portalegre, as instalações do Arquivo Distrital de Portalegre (nos anos 80 e 90), a CERCI, o grupo de teatro “O Semeador”, serviu de casa de arrumação e despejo municipal, de zona de habitação, entre outros fins. «Apesar de ter sido considerado “Imóvel de interesse público” em 1967, o seu estado geral foi-se degradando sem que o Estado, seu proprietário, se preocupasse grandemente com a sua preservação» (Alberto, 2009, 20-21).

Em 1 de Junho de 1992, o imóvel foi afeto ao Instituto Português do Património Arquitectónico, pelo Decreto-lei 106F/92 (*Diário da República*, 1.ª série A, n.º 126). A 3 de Julho de 2001 fez-se a proposta do IPPAR de classificação da Fábrica. No ano de 2003, procedeu-se a requalificação Urbana do Espaço da Antiga Fábrica Robinson, sendo elaborado um projeto de Arquitetura, Plano Robinson, pelos arquitetos Eduardo Souto de Moura e Graça Correia. A Fundação Robinson foi constituída em 26 de Dezembro de 2004. Em 2005, fez-se a instalação da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre no antigo lagar, reabilitado, do Convento.

Entre 2007 e 2009, foi elaborado um projeto de arquitetura, por Cândido Chuva Gomes, para a Igreja do convento de São Francisco, que propunha a recuperação da estrutura do edificado, o restauro de elementos de revestimento e escultóricos e a ampliação da Igreja, tendo em vista a constituição de um pequeno núcleo museológico de arte sacra pertencente à Fundação Robinson, o qual alberga a coleção Sequeira (cf. Carvalho, 2016, 132). Em Abril de 2008, abriu o processo de insolvência da Sociedade Corticeira Robinson, que fechou em Maio do ano seguinte.

Em 5 de Dezembro de 2008, a Direção Regional da Cultura do Alentejo (DRCAentejo) fez uma proposta de fixação da Zona Especial de Proteção. A 24 de Agosto de 2009, a igreja foi afectada à DRCAentejo, pela Portaria n.º 829/2009 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 163). Data de 19 de Agosto de 2011, uma nova proposta da DRCAentejo de classificação como Conjunto de Interesse Público e fixação de Zona Especial de Proteção, a que se seguiu ainda nova proposta em 9 de Maio do ano seguinte, desta vez com parecer favorável do Conselho Nacional de Cultura. A 17 de Outubro de 2012, fez-se o Anúncio da Classificação do Conjunto constituído pela Igreja e Antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson como Conjunto de Interesse Público (CIP) (Anúncio n.º 13581/2012, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201).

Este anúncio foi confirmado pela Portaria n.º 740-DX/2012 (suplemento do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248), de 24 de Dezembro desse ano. De acordo com esta Portaria, determinou-se a ampliação da área classificada em 1967, que passou a incluir o «Convento de São Francisco, os edifícios onde veio posteriormente a funcionar a Fábrica Robinson, e todas as estruturas fabris, (...) que passam assim a constituir um testemunho religioso, cultural, económico, social e urbanístico da maior importância para a cidade de Portalegre até à segunda metade do século XX». Deste modo, o Conjunto passava a reflectir também a preservação da «memória colectiva».

A 8 de Junho de 2017, foi publicada a Resolução da Assembleia da República (n.º 116/2017, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 111/2017), recomendando ao Governo a inclusão do convento de São Francisco na lista de imóveis que integram o projeto Revive, considerando a possibilidade, no concurso a ser lançado, dessa unidade poder desenvolver, nomeadamente através de protocolo, a valência de «Hotel de Aplicação» da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, contribuindo para o incremento da respetiva oferta formativa.

DESCRIÇÃO

Como atrás referimos, o Convento encontra-se situado fora da muralha de Portalegre, na proximidade da Porta de Alegrete. A Igreja é a parte do edifício que mantém maior ligação ao tempo Conventual, subsistindo, da fundação gótica, «dois absidiolos da cabeceira, algumas abóbadas de cruzaria de ogivas assentes em capitéis de decoração vegetalista, e as elegantes janelas da nave» (Leite, 2011). A Igreja regista também as transformações ocorridas nos séculos XVI e XVIII, que nesta última data se reflectiram na substituição da capela-mor e alteração profunda da nave (Senos, 2009, 41-42).

Tal como hoje se apresenta, a Igreja tem planta longitudinal, em cruz latina e cabeceira orientada a sudeste. A entrada faz-se por uma galilé com arco redondo, interiormente coberta por abóbadas de aresta. A nave é única, coberta por abóbada de berço. Nela se destaca a capela-mor ornamentada com painéis de azulejos historiados com temas franciscanos, azul e branco. Sobressai ainda a capela colateral, na cabeceira do lado da Epístola, com um retábulo maneirista e o túmulo de Gaspar Fragoso (cf. Senos, 2009).

Adossado, a Norte da Igreja, o Convento encontra-se muito descaracterizado, com excepção do Claustro e da escadaria monumental de acesso ao piso superior. É também de assinalar a torre sineira que fica no canto Sudoeste do edifício, junto da entrada para a Igreja, com a qual se liga através de um pátio sobre a galilé.

O Convento, com dois pisos, tem planta irregular, resultante da organização das dependências em torno do Claustro. Exteriormente, a fachada é muito despojada e apresenta forte horizontalidade, dentro de uma composição de volumes que se encontra noutros edifícios franciscanos, como, por exemplo, de Coimbra (fundado em 1602). Numa disposição simétrica, encontra-se ao centro a porta principal, sobrepujada por uma janela de sacada, que era encimada por um frontão triangular, hoje inexistente. De cada lado ficavam duas alas com janelas no andar superior. No piso térreo, em cada uma das extremidades, situava-se uma porta, sendo que a do lado esquerdo tinha moldura de perfil rectangular; enquanto que a do lado direito, contígua à igreja, tinha superiormente um frontão triangular.

A fachada tem hoje, do lado esquerdo, um corpo que faz um L, que é relativamente recente, apesar de manter uma linguagem semelhante ao restante edifício. Esse corpo terá alterado a primitiva distribuição dos espaços, o que por sua vez se reflectiu na

fachada. Originalmente no piso térreo, do lado esquerdo ficavam oito janelas (hoje estão apenas cinco), alinhadas com as do piso superior (que eram nove e passaram a ser sete, uma das quais sobre a porta). Do lado esquerdo da fachada, simetricamente à igreja, ficava um corpo secundário, com uma porta larga, encimada por janela de sacada. Do lado direito, no piso inferior, existiam seis janelas e uma porta (passaram a haver oito janelas); em cima existiam sete janelas, uma delas de sacada, sobre a porta. O portal principal, centrado na fachada, é o mais trabalhado, embora com grande simplicidade, tendo uma moldura de cantaria recta com cornija clássica.

Através desse Portal temos acesso a um corredor largo que conduz à ala Norte do Claustro, quadrangular (25x25 metros) e com dois pisos. No piso térreo tem oito arcadas de volta perfeita sobre pilares de secção rectangular. As alas são revestidas por abóbadas de cruzamento de aresta simples. Algumas alas foram fechadas e os arcos passaram a ter janelas, nalguns casos encimadas por óculos circulares. O segundo piso é fechado, tendo janelas alinhadas verticalmente com os arcos, ligando-se com estes através de uma moldura de cantaria de estilo barroco, decorada, sob as janelas com um círculo preenchido por um motivo solar de oito pontas. No piso inferior, algumas salas que se acedem através do Claustro, apresentam os tectos abobadados. Segundo Joana Carvalho, no piso térreo ficavam as zonas destinadas à refeição, confeção, lavabos, salas e biblioteca. Existia um acesso à cerca que se fazia «a partir de uma porta que partia do lavabo do refeitório, estabelecendo a ligação às várias zonas de cultivo» (Carvalho, 2016, 131-132).

A escadaria monumental, que dá acesso ao piso superior, fica depois de uma porta à esquerda da entrada principal. É de cantaria em granito com um lambrim, nos dois primeiros lanços, de núcleos azulejares seiscentistas, formando um padrão geométrico e vegetalista estilizado. O tecto, em baixo, é decorado com um estuque em relevo figurando uma nuvem com catorze raios. As paredes e tectos em estuque têm vestígios de policromia, cujo desenho tem paralelo na escadaria do Palácio Avillez, antigo Governo Distrital, onde os vestígios da pintura primitiva são indiciadores da riqueza policromática original². A escadaria é iluminada por janelas junto do tecto. No topo, do

² Revive, Reabilitação, Património e Turismo. *Convento de S. Francisco – Portalegre. Instalação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística – Caderno de Encargos*, p. 25.

lado esquerdo, está uma porta enobrecida com uma moldura em cantaria de estilo barroco com uma cartela.

A passagem da escadaria para o restante convento faz-se através de três arcos de volta perfeita que acdem lateralmente a um corredor. Do lado direito está uma porta, que será talvez do final do século XIX ou início do século XX, ornamentada com uma rosácea inscrita num círculo. Essa porta acede a uma sala que liga ao corpo que faz um L com a fachada.

Do lado esquerdo, a partir da saída da escadaria, encontram-se os corredores que contornam o claustro. O do lado Poente desemboca numa porta inserida num grande vitral geométrico colorido que dá passagem para o pátio sobre a galilé da igreja. O corredor Norte, acede a uma grande sala abobadada, que terá sido talvez o Refeitório. Seria neste piso, do lado poente, que ficariam as celas, existindo hoje dez salas³. Segundo Joana Carvalho, no piso primeiro ficavam as zonas destinadas à oração e espaços privados destinados à comunidade (Carvalho, 2016, 131-132).

CONCLUSÃO

Este edifício, apesar da descaraterização que sofreu tem um elevado valor patrimonial e simbólico, que marca a paisagem de Portagre desde a sua fundação, razão pela qual foi classificado com Conjunto de Interesse Público. O que está em causa para o Projecto Revive é a zona Conventual pertencente ao Ministério da Defesa e que não foi objecto de intervenção pela Fundação Robinson - com excepção do edifício ocupado pela Liga dos Combatentes⁴.

O Convento está abandonado, pelo que a sua reutilização e recuperação são de grande importância. Segundo o Plano de Encargos do Projecto Revive, propõe-se, com «o intuito de valorizar o edifício restituindo a sua dignidade», «devolver alguns valores arquitetónicos perdidos conferindo ao conjunto edificado maior unidade e ordenação funcional, anulando ou minimizando o impacto das intervenções posteriores pouco

³ *Revive* [<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-sao-francisco>], cons. 16/5/2018; *Revive, Reabilitação, Património e Turismo. Convento de S. Francisco – Portalegre. Instalação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística – Caderno de Encargos*, p. 25.

⁴ *Revive* [<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-sao-francisco>], cons. 16/5/2018.

qualificadas»⁵. O mesmo Plano salienta as áreas que deverão ter maior cuidado em termos de preservação patrimonial, com as quais concordamos, a saber: o claustro, a escadaria monumental, a torre sineira, os espaços abobadados, os espaços de armazenagem do piso inferior e os corredores⁶.

BIBLIOGRAFIA

«Convento de São Francisco». *Revive* [<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-sao-francisco>], cons. 16/5/2018.

ALBERTO, Jorge Maroco. 2008, Setembro. «O Convento de São Francisco de Portalegre». In GOUVEIA, António Camões (coord.). *O Convento de São Francisco de Portalegre*. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson, n.º 5, pp. 6-25.

ALBERTO, Jorge Maroco. 2009, Janeiro. «O Convento de São Francisco de Portalegre». In GOUVEIA, António Camões (coord.). *A requalificação da igreja do Convento de São Francisco*. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson, n.º 10, pp. 6-25.

ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho. 2011. *A Ordem de Santa Clara em Portugal* (Sécs. XIII – XIV). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).

BELÉM, Fr. Jerónimo de, 1750. *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância do nosso Seráfico Padre São Francisco*. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, Vol. I.

BELO, Albertina Marques Pires. 2011. *As Ordens Terceiras de São Francisco na Zona da Mata : implantação da Província Franciscana de Santo António do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Universidades Lusíada (Tese de Doutoramento).

BUCHO, Domingos, VILHENA, Joana (Contribuinte externo). 1999, 2014. «Convento de São Francisco / Fábrica de Cortiça Robinson». SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

⁵ Revive, *Op.Cit.*, p. 19.

⁶ Revive, *Op. Cit.*, p. 31.

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6564], cons. 15/5/2018.

CARVALHO, Joana Simões Vilhena de. 2016. *Repensar=Reutilizar: O Abandono Como Oportunidade: Fábrica Robinson. O Instante na Construção de um Tempo Provisório*. Universidade de Évora (Tese de Doutoramento).

ESPERANÇA, Frei Manuel da. 1656. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira Parte*. Lisboa.

FIGUEIREDO, Adriano. 2008. «Igreja do Mosteiro de São Francisco / Fábrica de Cortiça Robinson». In ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte. *Portugal Património, Guia-Inventário. Portalegre -Évora*. Círculo de Leitores. Vol. VIII, pp. 101-102.

KEIL, Luís. 1943. *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, Vol. I.

LEITE, Sílvia / DIDA - IGESPAR, I.P.. 2011. «Conjunto constituído pela Igreja e antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson». *Património Cultural* [<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/15140191>], cons. 15/5/2018.

PROENÇA, Raúl. 1927. «Portalegre». *Guia de Portugal, Extremadura, Alentejo, Algarve*, Biblioteca Nacional de Lisboa. Vol. II, pp. 416-425.

Revive, Reabilitação, Património e Turismo. *Convento de S. Francisco – Portalegre. Instalação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projeto de vocação turística – Caderno de Encargos*.

RODRIGUES, Jorge, PEREIRA, Paulo. 1988. *Portalegre*. Lisboa: Editorial Presença.

SENOS, Nuno. 2009, Janeiro. « A igreja do convento de São Francisco de Portalegre: história de um edifício». In GOUVEIA, António Camões (coord.). *A requalificação da igreja do Convento de São Francisco*. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson, n.º 10, pp. 38-57.

TRANSMONTANO, Maria Tavares. 1997. *Subsídios para uma monografia de Portalegre*. Portalegre.

VENTURA, António. 2007, Setembro. «Para uma cronologia da Fábrica Robinson (1848–1966)». In GOUVEIA, António Camões (coord.). *Para a História da Fundação*. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson, n.º 0, pp. 8-23.